



## ATA N.º 8/2026

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis reuniu em sessão ordinária, a Câmara Municipal de Arraiolos, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, em que estiveram presentes:

### **PRESIDENTE:**

Jorge Joaquim Piteira Macau

### **VEREADORES:**

Carla Gertrudes Ramires Romana

Rodrigo José de Deus Panelas

Ana Raquel Portalegre Tomaz

Gonçalo Alexandre Coelho Lopes

### **HORA DE ABERTURA:**

Pelo Sr. Presidente foi declarada aberta a reunião, pelas quinze horas e quarenta minutos.

### **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **A) Proposta de aprovação de atas:**

Nos termos do n.º 2 do art.º 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, e n.ºs. 2 e 4 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, foi aprovada, por unanimidade, a ata n.º. 7 de 08/04/26, a qual foi distribuída, antecipadamente, pela vereação.

#### **B) Intervenções dos Membros do Executivo (artigo 52.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro):**

Usou da palavra o Sr. Presidente, destacando o programa em curso alusivo às comemorações do 25 de Abril, com várias iniciativas a decorrer no concelho, solicitando especial atenção para as previstas para o próprio dia — Alvorada, Içar da Bandeira e Sessão Solene.



Realçou a importância de continuarmos a comemorar Abril, recordando que se viveram tempos difíceis e que, com o 25 de Abril, foram alcançadas grandes conquistas, como melhores condições de vida, a fixação de horários de trabalho, bem como a atribuição dos subsídios de férias e de Natal, entre outras. Sublinhou que, passados 52 anos, embora se tenha verificado um progresso significativo, é motivo de preocupação a situação atual, na medida em que algumas dessas garantias se encontram em risco.

Destacou ainda que, no passado dia 2 de abril, se assinalaram os 50 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa, considerando que esta, na sua opinião, não necessita de revisão, mas sim de ser plenamente cumprida. Referiu que, caso tal acontecesse, os portugueses viveriam melhor, nomeadamente no que respeita ao acesso à saúde, à educação, à habitação, entre outros direitos consagrados.

Acrescentou que se fala frequentemente na revisão da Constituição, alertando que, a ocorrer, tal como aconteceu com o Código do Trabalho, são, em regra, os mais desfavorecidos que acabam por ser prejudicados.

Por fim, salientou outra importante conquista do 25 de Abril, que será assinalada em novembro deste ano: os 50 anos das primeiras eleições autárquicas, cujo impacto foi determinante para a melhoria significativa da qualidade de vida das populações.

Interveio a Sr<sup>a</sup>. Vereadora Carla Romana que procedeu à leitura de comunicação do seguinte teor:

*“Assinalamos, neste mês, dois dos maiores marcos da nossa vida coletiva -os 52 anos do 25 de Abril e os 50 anos do poder local democrático - duas datas que se entrelaçam e que nos lembram que a liberdade só faz sentido quando se traduz em participação, proximidade e capacidade de decidir em conjunto.*

*O 25 de Abril abriu as portas à democracia, devolveu a voz ao povo e lançou as bases para um país mais justo. Mas foi o poder local democrático que, ao longo destes 50 anos, deu corpo a esse ideal — levando a democracia ao quotidiano das pessoas,, às ruas, às freguesias.*

*As autarquias são escolas de cidadania: é nelas que se constroem respostas diretas às necessidades das populações e se fortalece a confiança entre eleitos e eleitores. Celebrar estes 50 anos é reconhecer o trabalho de todos os que, com dedicação, contribuíram para melhorar a vida das populações. Temos, pois, todos o dever de continuar a valorizar o poder local, sobretudo num tempo onde surgem novos desafios sociais, económicos e ambientais.*



*Saúdo o 25 de Abril e o poder local democrático."*

Continuando, expressou uma palavra de felicitação ao LCDA pelo regresso à Liga de Elite na próxima época 2026/2027, sendo motivo de satisfação para todo o concelho.

De seguida, questionou sobre a situação da sede do clube, nomeadamente se a mesma já foi formalmente entregue e se está em condições de plena utilização, referindo que têm sido observadas intervenções no exterior, designadamente no muro, importando confirmar se o espaço já se encontra totalmente operacional, assim como, a situação da iluminação do campo, nomeadamente se a mesma se encontra integralmente reposta e funcional, atendendo à sua importância para a realização de treinos e competições .

Em relação às obras dos arruamentos da Igreja de Igrejinha perguntou para quando estão previstas na Rua Circular e Rua Luís Mendes de Oliveira que são perpendiculares à Rua da Republica.

Por fim, voltou a abordar a questão da sinalética no concelho, assunto já foi diversas vezes abordado várias, assim como na Assembleia Municipal referindo que continua a verificar-se a sua insuficiência e a necessidade de revisão em vários pontos do concelho. Sublinhou a importância desta matéria num contexto de aposta no turismo, considerando tratar-se de uma área fundamental em que o Município deve ter um papel determinante, à semelhança do que se verifica noutros concelhos com alguma sinalização e orientação dos visitantes não só para os pontos principais mas também para empresas privadas ligadas ao turismo, como por exemplo as artesanais, vinícolas, unidades de alojamento turístico etc. Informou que lhe foi colocado pela Herdade de Coelheiros a possibilidade de saber qual o procedimento a adotar para a colocação de sinalização na rotunda de Arraiolos e em cruzamento em Igreja de Igrejinha, considerando que será uma mais-valia para a comunidade reforçar esta sinalética, sobretudo tendo em conta o bom relacionamento existente entre a entidade e a Câmara Municipal, que tem apoiado diversas iniciativas ao longo dos anos, até porque contribuem ativamente para a promoção da gastronomia e da identidade da nossa região.

No uso da palavra o sr. Vereador Gonçalo Lopes iniciou a sua intervenção com uma reflexão sobre o significado do Revolução de 25 de Abril de 1974, destacando não só as conquistas alcançadas, mas sobretudo a importância de pensar o presente e o futuro, reforçando a responsabilidade coletiva de preservar e aplicar os valores de Abril no dia a dia.

De seguida colocou questões e sugestões:



- Antiga sede do LCDA: questionou se Município irá ficar com o edifício, uma vez que se recorda de ter havido um acordo com essa cedência, se já foi concretizada e qual o fim.
- PDM: qual o ponto da situação, dado ser confrontado muitas vezes com essa questão.
- Habitação: questionou se o município possui uma estratégia definida, especialmente no que diz respeito à autoconstrução, e se está prevista a disponibilização de lotes para esse fim. Sugeriu ainda um maior aprofundamento deste tema, face às crescentes preocupações da população. Levantou também a possibilidade de o município estabelecer protocolo com a paróquia para viabilizar a utilização/cedência de 2 habitações existentes na Rua S. João de Deus – Arraiolos, que se encontram muito degradadas necessitando de recuperação, e em termos futuros poderiam ser utilizadas para fins habitacionais ou outros fins.

O Sr. Presidente informou que o LCDA já se encontra a utilizar a nova sede há algum tempo, a qual reúne boas condições. Referiu, no entanto, que ainda falta concluir alguns arranjos exteriores. Relativamente à iluminação do estádio, esclareceu que o assunto continua em fase de análise e definição, de modo a permitir aos serviços competentes a elaboração do respetivo caderno de encargos. Quanto aos arruamentos na Igreja, informou que se tratam de intervenções a executar por administração direta, não estando, para já, reunidas as condições necessárias para o seu início. No que diz respeito à sinalética, reconheceu a existência de algumas insuficiências, no entanto, sublinhou que se trata de um processo gradual, cujo desenvolvimento tem sido condicionado pela escassez de recursos humanos nessa área. Relativamente ao PDM, indicou que a situação se mantém inalterada, aguardando-se a realização da reunião plenária, após a qual será possível avançar para a fase de inquérito público. No que concerne à antiga sede, confirmou a existência de um acordo que prevê a cedência do imóvel em contrapartida das obras realizadas na nova sede, acrescentando, contudo, que a sua concretização ainda não se verificou. Por fim, em relação à estratégia para habitação referiu que ela existe, estão definidas as linhas estratégicas na Carta Municipal de Habitação, aprovada pelos respetivos órgãos, necessitando de tempo para ser trabalhada, de qualquer forma iremos manter a disponibilização de lotes para construção a preços acessíveis, prevendo-se avançar com o projeto para o loteamento em Arraiolos onde se prevê um grande número de lotes. Quanto às habitações da paróquia informou que não houve qualquer pedido da paróquia, de qualquer maneira ficaria registado essa situação.



## II – ORDEM DO DIA

### 1. *Presidência:*

#### 1.1. RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS:

Foram ratificados, por unanimidade, os seguintes despachos de aprovação exarados pelo Sr. Presidente, relativamente aos pedidos apresentados através do Portal “Casa Pronta” não exercendo o direito de preferência sobre a compra e venda dos imóveis abaixo indicados:

- Imóvel locaizado na Ruade Santo António - Vimieiro (Anúncio 56491/26);
- Imóvel localizado na Ruada Liberdade, nº. 5 – Sabugueiro (Anúncio 58215/26);
- Imóvel localizado na Rua de Aviz, nº. 17 - Vimieiro (Anúncio 60071/26);
- Imóvel localizado na Rua da Boavista - Ilhas (Anúncio 64180/26);
- Imóvel localizado na Rua da Boavista - Ilhas (Anúncio 64184/26);
- Imóvel localizado no Largo Professor Dr. José Caeiro da Mata, nº. 13- Vimieiro (Anúncio 64614/26).

#### 1.2. PROPOSTA DE PROTOCOLO A ESTABELECEER COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VIMIEIRO:

Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de Vimeiro, tendo em vista o apoio ao planeamento, implementação e execução de investimentos necessários à realização da Feira Anual de Vimieiro, bem como o quadro de apoio e comparticipação financeira e logística assegurado pelo Município para tal finalidade.

A proposta deverá ser remetida ao órgão deliberativo.

### 2. *Gabinete Proteção Civil:*

#### 2.1. PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL (POM) 2026 – P/ CONHECIMENTO:

O sr. Presidente deu conhecimento que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios aprovou passado dia 13 de abril o Plano Operacional Municipal de Arraiolos para o ano em curso, que tem como objetivo a operacionalização de todo o dispositivo da defesa da floresta contra incêndios, assumindo um auxilio de relevo no planeamento de combate aos incêndios florestais.



*Handwritten signature and initials*

No documento está definido os meios, humanos, técnicos e materiais que serão utilizados nas operações de prevenção, vigilância, primeira intervenção, combate, rescaldo e pós-rescaldo, na área do Município.

Informou ainda que o Plano irá ser remetido ao Instituto de Conservação de Natureza e das Florestas.

Nada havendo a opor, a vereação tomou conhecimento.

### **3. DAFAJ - Divisão Administrativa e Financeira e de Apoio Jurídico:**

#### **3.1. APRECIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA:**

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria datado de sete de abril de dois mil e vinte e seis, cujo total de disponibilidades é de 4.496.249,54€ (quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil duzentos e quarenta e nove euros cinquenta e quatro cêntimos) sendo: *dotações orçamentais* – 4.494.256,96€ (quatro milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil duzentos e cinquenta e seis euros e noventa e seis cêntimos) - *dotações não orçamentais* – 1.992,58€ (mil, novecentos e noventa e dois euros e cinquenta e oito cêntimos).

#### **3.2. RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2025:**

Submetidos o Relatório de Gestão, os documentos de prestação de contas e o inventário dos bens e direito e obrigações patrimoniais relativos ao ano financeiro de 2025, devidamente elaborados de acordo com a legislação em vigor, tendo sido remetidos à vereação, antecipadamente.

O sr. Presidente fez uma breve explicação sobre a documentação apresentada, realçando alguns dos pontos principais da atividade desenvolvida durante o ano transato nos diversos sectores municipais. Indicou que o grau de execução da receita foi de 96,3%, tendo em relação à despesa uma percentagem mais reduzido 80,1%. Considerou irrelevante que o resultado líquido do exercício seja negativo (-992.640,42€) muito embora se tenha verificado uma redução em relação a 2025. Enalteceu o cumprimento das regras estabelecidas na legislação em vigor, no tocante, ao equilíbrio orçamental corrente cuja execução superou os 85%, continuando a não haver pagamentos em atraso superiores a 90 dias, refletindo uma situação económica saudável.

Usando da palavra a Sr<sup>a</sup>. Vereadora Carla Romana referiu não identificar irregularidades no documento, destacando que o mesmo cumpre as regras de equilíbrio financeiro e reflete uma



situação financeira sólida do município, reconhecendo também o trabalho dos funcionários na sua elaboração. Saliu que a análise técnica das contas compete sobretudo à Assembleia Municipal, assumindo a intervenção um carácter mais político. Considerou, ainda, que o município tem condições para ambicionar mais, defendendo a concretização de novos projetos que atraiam investimento e criem emprego, especialmente para os jovens. Referiu a importância de transformar a estabilidade financeira em medidas concretas, com impacto no desenvolvimento do concelho, bem como a necessidade de uma explicação clara dos aspetos mais técnicos. Por fim, destacou a relevância da vertente social, nomeadamente o apoio através de bolsas de estudo, como forma de investir nos jovens e no futuro do concelho.

O Sr. Vereador Gonçalo salientou a natureza extensa do documento, sublinhando, contudo, o seu carácter globalmente positivo, na medida em que reflete uma situação de sólida saúde financeira. Acrescentou que este enquadramento deverá, no futuro, constituir um instrumento determinante para a concretização dos projetos estratégicos delineados, contribuindo para a atratividade do concelho e para a fixação da população, em particular, dos nossos jovens.

Passando-se à votação, foi a documentação aprovada, por unanimidade, devendo ser remetida, nos termos da legislação, à Assembleia Municipal.

### **3.3. AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO:**

Propôs o Sr. Presidente que fosse adquirida uma parcela de terreno com a área de 64,54 m<sup>2</sup>, a destacar do prédio urbano inscrito sob o Artigo 413, na matriz predial urbana da Freguesia de Gafanhoeira (São Pedro) e descrito na ficha n.º 37/19850528, na CRP de Arraiolos, propriedade de Mário Francisco Garcia Duarte, residente em São Pedro da Gafanhoeira, pelo valor 895,00 € (oitocentos e noventa e cinco euros).

A parcela destina-se a integrar a área do passadiço da Ribeira de Vide - São Pedro da Gafanhoeira. A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, conferindo poderes ao Sr. Presidente e/ou Vice-Presidente para outorgar a respetiva escritura de compra e venda.

### **3.4. TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA CIMAC:**

Sob proposta da Sr.ª Presidente, deliberou a Câmara, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, sob a forma de subsídio, no valor de 1.691,25€ para a CIMAC, correspondendo ao



encargo resultante com os serviços de Encarregado de Proteção de Dados.

#### **4. DOM – Divisão de Obras Municipais:**

##### **4.1. EMPREITADA “REMODELAÇÃO DE FRAÇÃO DO PRÉDIO DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA PARA ADAPTAÇÃO AOS SERVIÇOS DE REGISTO E DO NOTARIADO – ARRAIOLOS” – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO Nº. 2:**

Pelo Sr. Vereador Rodrigo Panelas foram presentes informação emitida pelo Técnico da DOM relativa ao pedido de prorrogação de prazo para a conclusão da empreitada em título, apresentada pela empresa Catronga & Filho – Construções, Lda., pelo prazo de 49 dias, passando o termino para 5 de junho de 2026.

Após apreciação do exposto na informação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a prorrogação.

Não havendo qualquer pedido de esclarecimento, foi aprovada a documentação, por unanimidade, devendo ser remetida, nos termos da legislação, ao órgão deliberativo para apreciação e eventual aprovação.

##### **4.2. EMPREITADA “ALTERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE EDIFICAÇÃO A CENTRO COMUNITÁRIO DAS ILHAS – ARRAIOLOS” – TRABALHOS COMPLEMENTARES Nº 4 – MINUTA DE CONTRATO:**

Relativamente à empreitada, em título, adjudicada à empresa Vestígios & Lugares – Construções, Lda, foi presente informação emitida pelo Técnico da DOM justificando a necessidade de execução de trabalhos complementares (nº. 4) que não podem ser tecnicamente ou economicamente separados do contrato inicial, constando na listagem descrita dos trabalhos, com um valor de 17.606,15€, correspondendo a 3,69€% do valor global contratual, sendo inferior ao limite legal permitido pela legislação em vigor (CCP);

Analisada o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade, o seguinte:

- Aprovar os Trabalhos Complementares no valor indicado;
- Aprovar a prorrogação de prazo da obra por mais 45 dias, em face da execução dos ditos trabalhos, acrescendo ainda 15 dias dos trabalhos Complementares nº. 2, perfazendo um total de 60 dias;



- Aprovar a minuta de contrato adicional a estabelecer com a dita empresa;
- Conferir poderes no Sr. Presidente e/ou Vice-Presidente para outorgar o contrato.

#### **4.3. EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA RUA CAPITÃO GOMES PEREIRA – IGREJINHA” – TRABALHOS COMPLEMENTARES Nº. 2:**

Relativamente à empreitada em título, adjudicada à empresa Constradas – Estradas e Construção Civil, S.A., foi submetida informação emitida pelo Técnico da DOM justificando a necessidade de execução de trabalhos complementares (nº. 2), constando na listagem descrita, com um valor de 900,00€, correspondendo a 0,21% do valor global contratual, sendo inferior ao limite legal permitido pela legislação em vigor (CCP);

Analisada a informação, deliberou a Câmara, por unanimidade, o seguinte:

- Aprovar os Trabalhos Complementares no valor indicado;
- Aprovar a prorrogação de prazo da obra por mais 5 dias, em face da execução dos ditos trabalhos, acrescendo ainda 80 dias dos trabalhos Complementares nº. 1, perfazendo um total de 80 dias;
- Aprovar a minuta de contrato adicional a estabelecer com a dita empresa;
- Conferir poderes no Sr. Presidente e/ou Vice-Presidente para outorgar o referido contrato.

#### **5. Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente:**

##### **5.1. PROCESSOS DE LICENCIAMENTO:**

Foram submetidos à reunião os seguintes processos:

- *Processo nº 8/86* em nome de Regressaguardado Comércio de Pneus, Unipessoal, relativo ao pedido de aprovação de aditamento ao projeto de arquitetura, enquanto legalização, da obra de alteração executada no prédio urbano na Rua das Acácias, nº. 10 - Arraiolos.

Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto conforme o exposto no parecer técnico de 10/04/2026.

- *Processo nº 25/86* em nome de Regressaguardado Comércio de Pneus, Unipessoal, relativo ao pedido de aprovação de aditamento ao projeto de arquitetura, enquanto legalização, da obra de alteração executada no prédio urbano na Rua das Acácias, nº. 10 - Arraiolos.



Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto conforme o exposto no parecer técnico de 10/04/2026.

- *Processo nº 38/93*, em nome de Mercedes Vidal - Abarca, relativo ao pedido de aprovação de projeto de arquitetura da obra de alteração a realizar no imóvel sito na Rua 5 de Outubro, nº. 4 – Arraiolos.

Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto, conforme o exposto no parecer técnico de 20/04/2026.

- *Processo nº 51/24*, em nome de Mariana de Jesus Lopes – Cabeça de Casal de, relativo ao pedido de aprovação de projeto de arquitetura , enquanto legalização, da obra de alteração /ampliação executada no prédio sito na Rua Capitão Gomes Pereira, nº. 38 – Igreja.

Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto condicionado ao exposto no parecer técnico de 09/04/2026.

- *Processo nº 57/25*, em nome de Rosinda Pereira L. P. Rodrigues, relativo ao pedido de aprovação de projeto de arquitetura, enquanto legalização, da obra de construção em prédio urbano sito na Rua do Chafariz - Sabugueiro.

Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto condicionado ao exposto no parecer técnico de 20/04/2026.

Foi, ainda, presente informação técnica detalhada relativa ao processo nº. 44/21 em nome de Manuel António Pinheiro Duarte, propondo a caducidade do alvará de obras de ampliação e alteração nº. 14/22, pelo facto das obras não terem sido concluídas no prazo fixado na licença a partir da data de emissão de alvará, cujo termino foi em 08/04/23, devendo ser intimado o proprietário para no prazo de 60 dias proceder à submissão de novo procedimento.

Analisado o assunto, a Câmara deliberou, aprovar o proposto.

## **5.2. PRORROGAÇÃO DE PRAZO:**

Submetida à reunião informação técnica emitida pela Chefe da DOTUA, na sequência de exposição e pedido de reapreciação da proposta de reversão dos lotes 38 e 38-A do Loteamento Municipal Cruz da Barreta – Arraiolos, apresentada por Inês Ciriaco Laitão, em que propõe o seguinte:



- a) Revogar a deliberação de 11 de fevereiro no que concerne à reversão dos lotes acima indicados, pelas razões invocadas pela requerente, relativamente a ter reunidas as condições para iniciar a construção;
- b) Deferir o pedido de prorrogação apresentado em 5 de janeiro de 2026, concedendo, a título excecional e último, um prazo de 3 meses, contados a partir de notificação da presente deliberação, para a entrega da comunicação prévia devidamente instruída;
- c) Determinar que o incumprimento deste novo prazo perentório implicará a reversão automática dos lotes para o Município, sem necessidade de nova interpelação.

Após análise do assunto, a Câmara aprovou o proposto, por unanimidade.

## **6. DASEC - Divisão de Ação Sócio-Educativa e Cultural:**

### **6.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:**

A Sr<sup>a</sup>. Vereadora Ana Tomaz submeteu informações/propostas emitidas pelas técnicas dos diversos serviços da DASEC, nomeadamente:

#### *- Educação:*

Proposta de atribuição de subsídios às entidades responsáveis pelos participantes no Desfile de Carnaval de acordo com o número de participantes inscritos e despesas apresentadas:

- Agrupamento de Escolas de Arraiolos – 699,16€;
- Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos (JI) - 382,00€ €;
- CIAP – Centro Infantil Augusto Piteira - 680,00 €;
- Santa Casa da Misericórdia de Vimieiro (JI 500,00€ + Lar 220,00€) - 720,00 €;
- Associação de Idosos e Reformados da Freguesia de Sabugueiro - 147,65€
- Associação de Idosos e Reformados da Freguesia de Sabugueiro - 147,65€;
- Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Igrejinha - 350,00€
- Associação de Reformados de Santana do Campo - 45,83€

Anexa constava a proposta de cabimento nº. 653.

#### *- Associativismo e Desporto:*



De acordo com o regulamento de apoio ao movimento associativo propõem a atribuição dos seguintes subsídios:

- *Associação Casa das Artes* – 8.610,00€ - apoio especial - projeto de arquitetura e especialidades (1ª. tranche);
- *Clube Alentejano de Desportos Vimieirense* – 360,79€ (apoio especial – sendo: 175,79€ p/ atividades do 25 de Abril e 185,00€ p/ torneio municipal malha);
- *Sociedade Recreativa 1º janeiro* – 640,00€ (apoio especial – sendo 355,00€ p/atividades 25 de abril, 175,00€ p/torneio de malha e 110,00€ p/torneio de malha 25 de Abril);
- *Verão Tertuliente –Associação Comissão de Festas* – 290,00€ (apoio especial – atividades 25 de Abril);
- *Associação Social Unidos Santana do Campo* – 100,36€ (apoio especial –atividades 25 de abril).

Anexa constava a proposta de cabimento nº. 665.

- *Ação Social e Saúde:*

Propostas de atribuição de subsídios às Entidades Particulares de Solidariedade Social do concelho para apoio na confeção (cravo em croché) de prémios a atribuir aos participantes da Estafeta do 25 de Abril:

- *Centro Paroquial de Arraiolos* – 90,00€;
- *Associação de Reformados de Arraiolos* – 75,00€;
- *Associação de Reformados de Santana do Campo* – 365,00€;
- *Associação de Reformados e Pensionistas de Igrejinha* – 100,00€;
- *Santa Casa da Misericórdia de Vimeiro* – 37,50€;
- *Associação de Reformados do Carrascal* – 125,00€;
- *Associação de Reformados das Ilhas* – 75,00€;
- *Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos* – 250,00€
- *Associação Reformados Sabugueiro* – 77,50€

Propõem, ainda, atribuição à Associação de Reformados da Freguesia de Vimieiro – 397,20€, para apoio nas atividades de comemoração do 25 de Abril.

Anexa constavam as propostas de cabimento nº. 662 e 666.



As propostas foram aprovadas, por unanimidade.

Foi, ainda, presente uma proposta de anulação do subsídio atribuído, por deliberação de 25/3/26, ao Rancho Etnográfico “Os Camponeses” de Arraiolos, no valor de 1.092,00€, dado ter desistido da participação nas Marchas Populares/2026.

## 6.2. APOIO À NATALIDADE E ÀS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL – 2º. TRIMESTRE/2026:

Sob proposta da Sr.ª Vereadora Ana, deliberou a Câmara, por unanimidade, atribuir os seguintes subsídios, conforme informação do serviço de Ação Social e Saúde - DASEC, correspondendo ao 1º trimestre do ano corrente:

| INSTITUIÇÃO   | APOIO NATALIDADE | ASSOCIAÇÕES       | OUTRAS VALÊNCIAS  | TOTAL TRIMESTRE   |
|---|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Igreja       |                  | 6 660,00 €        |                   | 7 920,00 €        |
| Centro Social e Paroquial de Arraiolos                          |                  |                   | 5 760,00 €        | 5 760,00 €        |
| Associação de Reformados de Santana do Campo                    |                  | 3 000,00 €        |                   | 3 000,00 €        |
| Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos das Ilhas       |                  | 1 380,00 €        |                   | 1 380,00 €        |
| Santa Casa da Misericórdia de Vimieiro                          | 2 760,00€        |                   | 12 000,00 €       | 14 820,00€        |
| Associação de Idosos e Reformados 25 de Abril - Vale do Pereiro |                  | 1 380,00 €        |                   | 1 380,00 €        |
| Associação Social Unidos de Santana do Campo                    |                  | 3 000,00 €        |                   | 3 000,00 €        |
| Centro Social e Paroquial de S. Pedro da Gafanhoeira            |                  |                   | 3 000,00 €        | 3 000,00 €        |
| Centro Infantil Augusto Piteira – Ilhas                         | 2 640,00 €       |                   | 1 380,00 €        | 4 020,00€         |
| Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos                         | 1 440,00 €       |                   | 4 980,00 €        | 6 780,00€         |
| Associação de Pensionistas e Idosos de Arraiolos                |                  | 1 380,00 €        |                   | 1 380,00 €        |
| Associação de Idosos e Reformados da Freguesia de Sabugueiro    |                  | 4 500,00 €        |                   | 4 500,00 €        |
| Associação Reformados de S. Pedro da Gafanhoeira                |                  | 1 380,00 €        |                   | 1 380,00€         |
| <b>TOTAL</b>  | <b>6 840,00€</b> | <b>22 680,00€</b> | <b>27 540,00€</b> | <b>57 060,00€</b> |

A proposta foi devidamente cabimentada pelo serviço financeiro, com o n.º. 661.

## 6.3. ABERTURA DE CANDIDATURAS - APOIO ANUAL:

Pela Sr.ª. Vereadora Ana Tomaz foi apresentada uma informação/proposta da DASEC, que de acordo com o Regulamento de Atribuição de subsídios e apoios as Associações/Coletividades do Município, em vigor, propõem a abertura de candidaturas aos Programas em título.



Face ao exposto, a Câmara deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1. Abertura de candidatura aos Programas: Programa de Apoio Anual e Programa de Apoio Especial, para o ano de 2026.
2. Definiu o valor de 0,15€ por ponto a associar as candidaturas ao Programa de Apoio Anual.
3. Definiu como montante mínimo - 500,00€ e máximo – 5.000,00€ de apoio, por coletividade para as candidaturas ao Programa de Apoio Anual.
4. As candidaturas ao Programa de apoio anual decorrem no período de 22 de fevereiro a 31 de marco do corrente ano. As candidaturas ao Programa de Apoio Especial estão abertas, em contínuo, ao longo do ano em curso.

#### 6.4. ABERTURA DE CAMPANHAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA MUNICIPAL “JOVENS +”:

Pela Sr<sup>a</sup>. Vereadora Ana Tomaz foi submetida informação/proposta da DASEC do seguinte teor:

*“ Como forma de promoção da participação ativa dos jovens na atividade do Município de Arraiolos nomeadamente através do Programa Municipal - Jovens +, propõe-se a dinamização de campanhas e conseqüentemente da divulgação das inscrições que lhe são inerentes para o ano 2026.*

*Estas prevêm-se essencialmente, em períodos não letivos e ainda com o objetivo de integrar os jovens do concelho nas dinâmicas do município, promovendo uma atitude colaborativa e ativa.*

*Propõe-se ainda que estas campanhas, sempre que possível, sejam acompanhadas de momentos de formação antecipados, que permitam dar diretrizes assertivas e específicas, direcionadas para as áreas em que cada jovem irá colaborar.*

Assim propõem:

| Campanhas - 2026         | Datas         | Faixa etária | Valor da bolsa | Valor total previsto* |
|--------------------------|---------------|--------------|----------------|-----------------------|
| Tapete Está na Rua       | 03/06 a 07/06 | 16/30        | 3,50 €         | 2.800,00€             |
| Integra Jovem            | 06/07 a 04/09 | 16/30        | 3,50 €         | 12.250,00€            |
| Jovens Monitores de ATL' | 06/07 a 04/09 | 18/30        | 5 €            | 27.000,00€            |
| Mostra Gastronómica      | out/nov       | 16/30        | 3,50 €         | 1.925,00€             |
| <b>TOTAL</b>             |               |              |                | <b>43.975,00€</b>     |

*\*com base valor de 2025*

Todas as campanhas deverão ser publicitadas por cartaz e via email para os contactos dos jovens, assim como, serem disponibilizados via internet (através das páginas web do Município).



Anexo constava a proposta de cabimento emitida pelo serviço financeiro com o n.º 626.

A proposta foi aprovada, por unanimidade.

### **III - APROVAÇÃO DE MINUTA:**

Para que todas as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 4 do art.º 57 da Lei 75/2013, de 12 de dezembro, foi aprovada, por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar foi declarada encerrada a reunião, pelas dezassete horas e vinte e cinco minutos, de que se lavrou a presente ata, que, após a sua leitura foi aprovada, por unanimidade, sendo assinada pelo Sr. Presidente e por mim *Maria Manuel Pereira* (Coordenadora Técnica do GRIC), que a redigi e subscrevi.

*O Presidente da Câmara Municipal,*

*A Coordenadora Técnica,*